

# As prisões no Brasil: espaços cada vez mais destinados à população negra

Nos últimos 14 anos, o crescimento do número de encarceramentos de pessoas negras foi de 377,7%, muito acima das prisões de brancos, de 239,5% no mesmo período

**Amanda Pimentel e Betina Warmling Barros**  
17 de novembro de 2020

ZANONE FRAISSAT/FOLHAPRESS



De um total de 744.216 presos no país em 2018, passou-se para 755.274 em 2019, o que representa uma taxa de 359,4 presos por 100 mil habitantes

No *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado no dia 19 de outubro, um dos temas que ganhou destaque foi a desigualdade racial presente na distribuição da população prisional do país. Em novembro, marcado como o Mês da Consciência Negra, torna ainda mais essencial trazer temas como esse para o debate público, o que é mais uma razão para voltar nosso olhar aos diferentes espaços em que o racismo estrutura a sociedade brasileira. A prisão é mais um deles.

Os dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional confirmam, mais um ano, a orientação encarceradora da política criminal brasileira. De um total de 744.216 presos no país em 2018, passou-se para 755.274 em 2019, o que representa uma taxa de 359,4 presos por 100 mil habitantes. A boa notícia é que, quando se observa a relação entre o total de pessoas presas e a população do Brasil, identifica-se uma estabilização na população carcerária, já que as taxas por 100 mil habitantes de 2018 e 2019 são praticamente iguais. Outro ponto positivo diz respeito ao número de presos em carceragens no país, que caiu de 18.884, em 2018, para 7.265, em 2019. Esse dado também se reflete na porcentagem de presos provisórios em relação ao total: passou-se de 35,1% para 30,4% de um ano a outro.

Há, contudo, outras questões a serem considerados antes de se comemorar. O Brasil continua sendo um país com taxas altíssimas de superlotação e o déficit de vagas não parece ser uma preocupação dos gestores e do Sistema de Justiça Criminal como um todo. Em 2019, esse déficit foi ainda mais significativo. São 305.660 presos que não possuem vagas adequadas no sistema, dado ainda

pior que o verificado no ano anterior, quando esse número era 270.449. A razão preso/vaga, portanto, passou de 1,6, em 2018, para 1,7, em 2019. Em alguns Estados chega-se a ter mais de duas vezes o número de presos em relação ao número de vagas, como no caso do Ceará (2,7), Pernambuco (2,6) e Alagoas (2,5). No Amazonas e em Roraima a situação é ainda mais preocupante: a razão preso/vaga é, respectivamente, de 3,1 e 4,0.

Com base nos dados estatísticos disponíveis do sistema prisional, também buscamos nesta seção levantar as principais características da população encarcerada no Brasil, levando em consideração os indicadores sociais de gênero e raça. Mas, afinal, quem são as pessoas que estão presas hoje no país? Podemos falar em um perfil da população carcerária brasileira?

Historicamente, a população prisional do país segue um perfil muito semelhante aos das vítimas de homicídios. Em geral, são homens jovens, negros e com baixa escolaridade. Apenas em 2019, para citar o exemplo mais recente, os homens representaram 95,1% do total da população encarcerada, enquanto as mulheres foram 4,9%. Ao longo dos últimos dez anos, essas taxas vêm acompanhando o crescimento das taxas de encarceramento no geral, mas se mantêm mais ou menos estáveis quanto ao sexo da pessoa encarcerada.

No que se refere ao gênero, portanto, existe uma sobrerrepresentação masculina na população prisional, explicada em grande parte pela intensa associação existente entre “mundo do crime” e valores viris, exercidos primordialmente por homens. Apesar disso, os dados permitem identificar uma tendência de crescimento da população carcerária que também atinge as mulheres presas. Em 2008, tinha-se um total de 21.604 pessoas do sexo feminino no sistema prisional. Passados 11 anos, esse número se elevou para 36.926, o que significa um crescimento de 70,9% de prisões de mulheres.

Ademais, se há uma menor presença das mulheres nesses indicadores, isso não significa que elas não estejam presentes nas dinâmicas criminais, mas, antes, que sua participação é normalmente organizada por códigos de gênero, ligada geralmente aos envolvimento amorosos com seus parceiros e avaliada como uma posição subordinada ocupada por elas nesses espaços.

Por outro lado, quanto à raça/cor, identificamos também uma forte concentração entre a população negra. Em 2019, os negros representaram 66,7% da população carcerária, enquanto a população não-negra, aqui considerados brancos, amarelos e indígenas, segundo a classificação adotada pelo IBGE, representou 33,3%. Isto significa que para cada não-negro preso no Brasil, em 2019, 2 negros foram presos. É um pouco mais que o dobro, quando comparado aos não-negros, em especial os brancos.

Ainda que o maior encarceramento de pessoas negras não seja propriamente uma novidade, ao se analisar a série histórica do dado raça/cor dos presos no Brasil fica claro que a cada ano esse grupo representa uma fração maior do total de pessoas presas. Se em 2005 os negros representavam 58,4% do total de presos, enquanto os brancos eram 39,8%, em 2019 essa proporção chegou a 66,7% de negros e 32,3% de brancos. A taxa de variação nesse período mostra o crescimento de 377,7% na população carcerária identificada pela raça/cor negra, valor bem superior à variação para os presos brancos, que foi de 239,5%.

Ou seja: verifica-se que, as prisões no Brasil estão se tornando, ano a ano, espaços destinados a um perfil populacional ainda mais homogêneo. No Brasil, se prende *cada vez mais*, mas, sobretudo, *cada vez mais pessoas negras*. Assim, se há algum tipo de política de desencarceramento sendo realizada, ela vem atingindo com mais intensidade a população carcerária identificada pela raça/cor branca.

Existe, dessa forma, uma forte desigualdade racial no sistema prisional, materializada não somente nos números e dados apresentados, mas que pode ser percebida concretamente na maior severidade de tratamento e sanções punitivas direcionadas aos negros. Aliado a isso, as chances diferenciais a que negros estão submetidos socialmente e as condições de pobreza que enfrentam no cotidiano, fazem com que se tornem os alvos preferenciais das políticas de encarceramento do país.

**Amanda Pimentel e Betina Warmling Barros**  
Pesquisadoras do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

---

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/8kkvdxfb5z>

